

Lemos admite venda antecipada para *Circuladô*

O secretário de Cultura do DF, Fernando Lemos, admitiu, ontem, que houve venda antecipada de ingressos para o show de Caetano Veloso. Segundo ele, esta é uma prática comum, uma espécie de concessão que a Fundação Cultural faz às pessoas e empresas consideradas "patrocinadores tradicionais" de promoções do órgão. Lemos afirma que o número de ingressos vendidos ou reservados antes que a bilheteria abrisse para o público, no dia 4 de junho, não ultrapassou os 60 distribuídos entre os três dias da temporada e em diversos lugares da platéia. "Não foi nada acintoso", garante.

Apesar de assumir a responsabilidade pela venda antecipada, o secretário de Cultura optou por excluir da Fundação Cultural essa prática. "Eu e a Luizinha nos reunimos e decidimos acabar com isso, por considerarmos uma prática injusta e pouco ética", diz, referindo-se à diretora-executiva da Fundação, Luiza Dornas. Ele avisa que, de agora em diante, patrocinadores ou não patrocinadores, "quem quiser assistir aos shows terá que enfrentar a fila da bilheteria".

As declarações de Fernando Lemos esfriam, de certo modo, as suspeitas que recaem sobre os próprios funcionários da bilheteria do Teatro Nacional, de que eles estariam fazendo algum tipo de acordo com cambistas para a venda dos melhores lugares na platéia. "Não existe esse tipo de problema na Fundação Cultural", afirma o secretário. Quanto aos 60 ingressos que Lemos diz terem sido vendidos antecipadamente, não existe a menor possibilidade de que sejam colocados à disposição do público, apesar da decisão de suprimir essa prática: "Esses ingressos foram comprados, e não cedidos, e por isso não posso pedir que sejam devolvidos".

Meia-entrada — Os estudantes que pretendem assistir ao show de Caetano Veloso por Cr\$ 25 mil podem começar a preparar a documentação exigida pela produtora, a Free Lancer, Mona Saback, da produção, avisa que, seguindo a determinação da própria Lei da Meia-Entrada, só aceitará carteirinha de estudante se acompanhada de um documento que comprove a frequência durante o mês em questão (para os alunos da rede pública, que estão sem aulas, serve o certificado de frequência de abril).

E, quanto a isso, o secretário Fernando Lemos diz que não pode fazer nada. "A exigência da produtora está fundamentada na lei. Para mudar isso, é preciso mudar a Lei da Meia-Entrada", diz. Ele garante que os funcionários do Teatro seguirão a determinação de exigir certificado de frequência.